- A Estrutura da PIDE/DGS

- Os Processos Individuais da Mocidade Portuguesa e da Liga dos Antigos Graduados da Mocidade Portuguesa e a sua comunicabilidade

- Apresentação dos inventários da União Nacional e Junta Nacional de Educação

Ana Maria Lopes
Técnica Superior DTTDA

A estrutura da PIDE/DGS na base de dados DIGITARQ e respetivos documentos

A PIDE e a sua antecessora PVDE, surgem depois de sucessivas reestruturações e extinções de várias polícias (ex: Polícia de Segurança do Estado, Polícia Internacional Portuguesa, Polícia de Investigação Criminal)

Atuação da PIDE

- Controlo da fronteiras (terrestre, marítima e aérea)
- Controlo da emigração e permanência de emigrantes em Portugal e emissão de passaportes
- Fiscalização do regime legal de permanência e trânsito de estrangeiros no País
- Defesa da ordem e da tranquilidade públicas

Ações desenvolvidas

- Vigilância e repressão sobre "os terroristas, os suspeitos de atividades contra a segurança interior e exterior do Estado, e as associações, organizações ou bandos destinados à prática de crimes"
- Início da instrução preparatória de processos relativos a crimes de emigração clandestina e contra a segurança do Estado

Âmbito Cronológico: 1919-1976

Dimensão e Suporte: ca. 20 000 cx., ca. 500 liv.

Âmbito e conteúdo: Fundo maioritariamente composto pelos Arquivos dos Serviços Centrais, e das Delegações e Subdelegações, do Porto, de Coimbra, de Angola, de Cabo Verde da Guiné Bissau, do Funchal e de Ponta Delgada.

Inclui ainda documentação dos Postos de Vigilância (Portimão, Beja, Sobral da Adiça entre outros) e os Arquivos dos estabelecimentos prisionais de Caxias do Aljube, da Colónia Penal do Tarrafal, em Cabo Verde, que passou a ser designada por Campo de Trabalho de Chão Bom

Principais Secções (Serviços Centrais)

- Arquivo Geral
- Serviço de Ficheiros
- Direções de Serviços de Informação
- Direção de Serviços de Investigação e Contencioso
- Direção de Serviços de Estrangeiros e Fronteiras
- Direção de Serviços Administrativos

Principais Séries Documentais

Da Secção do Arquivo Geral:

- Boletins de Informação (BI)

Da Secção da Direção de Serviços de informação:

- Serviço de Reservados (SR I e SR II)
- Centro de Informação (CI I e CI II)
- Gabinete Técnico (E/GT e GT)

Principais Séries Documentais

Da Secção da Direção de Serviços de Investigação e Contencioso:

- 3 Séries das Polícias antecessoras (PSE, PIP, e SPS)
- Cadastros Prisionais (CP)
- Processos crime (PC)
- Registo Geral de Presos (RGP)
- Serviço Judicial (SJ)

Questões sobre o Fundo da PIDE:

É dada ao processo, uma cota atribuída provisória, pelo Núcleo de Reprodução ex. **Ca PIDE/DGS, SR II, proc. 494/47, NT 4925**, depois de atribuído o respectivo código de referência a cota passará a ser **PIDE, Serviços Centrais, processo SR II n.º 494/47, NT 4925**

Um processo com indicação na requisição de cota provisória poderá ser disponibilizado na pasta de leitores e não vem à consulta

Questões sobre o Fundo da PIDE:

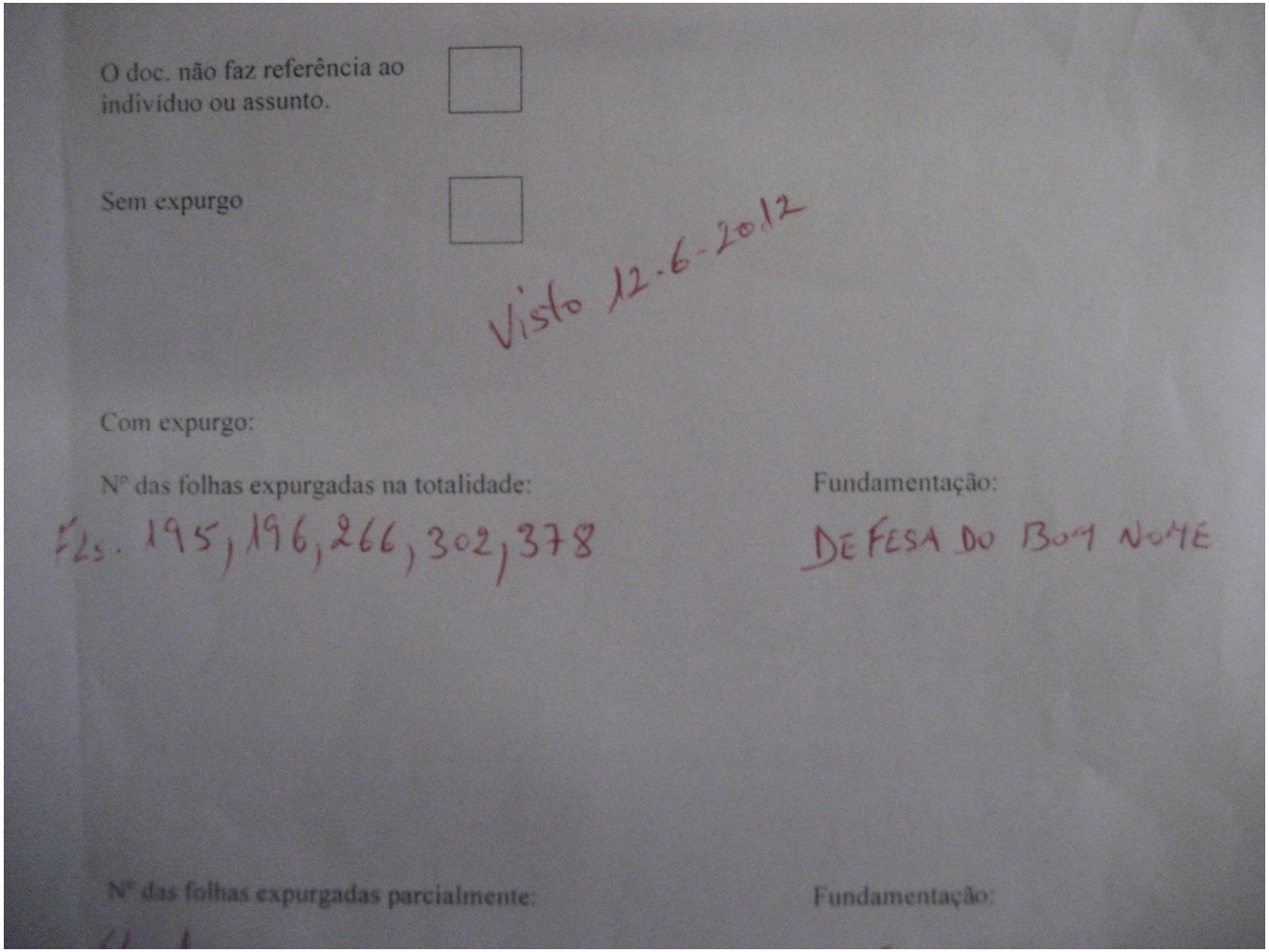
- Um processo poderá te vários volumes o que significa estar acondicionado em várias caixas NT 4213-4225

- Pedido de certidão para contagem especial de tempo de prisão, clandestinidade PIDE/DGS (Antigos Combatentes)

O expurgo do documento

- O Arquivo da PIDE/DGS está à consulta no IAN/TT desde o dia 26 de Abril de 1994, obedecendo o respectivo regime de comunicabilidade ao disposto no artigo nº 17, do Decreto-Lei nº16, de 23 de janeiro de 1993

- Depois de expurgado o documento, deverá ser anexada uma folha de expurgo a este com a seguinte informação "sem expurgo" ou "n.º de folhas expurgadas" seguido da numeração das folhas que foram retiradas.



O doc. não faz referência ao indivíduo ou assunto. ☐

Sem expurgo ☐

Visto 12-6-2012

Com expurgo:

Nº das folhas expurgadas na totalidade: Fls. 195, 196, 266, 302, 378

Fundamentação: DEFESA DO BOM NOME

Nº das folhas expurgadas parcialmente:

Fundamentação:

PIDE, Delegação de Angola, Subdelegação de Malange, Relatórios da Região do Quesma, 1.º vol. NT 7377

O expurgo do documento

- As folhas retiradas da leitura nunca mais deverão voltar a sair do depósito para consulta

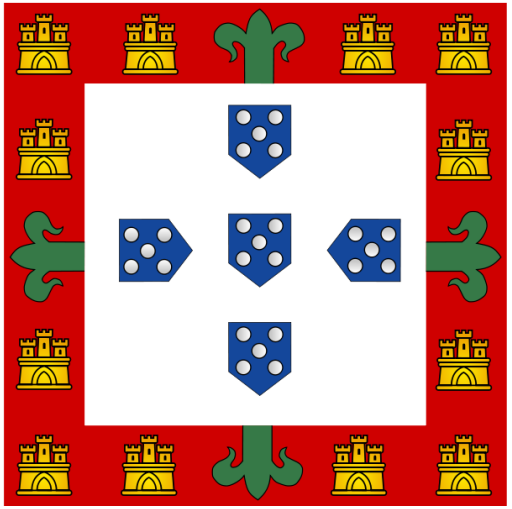
- No campo condições de acesso da base de dados será colocada a seguinte frase, "Foram objeto de expurgo de informação as folhas 195-196, 266, 302 e 378 por não serem inteiramente ou parcialmente comunicáveis"

A consulta do documento

- No caso do processo ainda não estar disponível, terá que ser feito um primeiro pedido de pesquisa na Sala de Referência

- A pesquisa é efetuada nos ficheiros dos Registos Centrais e das Delegações, para localização do número de processo

Tratamento do Fundo da Mocidade Portuguesa



Emblema e Estandarte da Mocidade Portuguesa baseado na bandeira de D. João I

Mocidade Portuguesa

- Criação da Mocidade Portuguesa

- História custodial e arquivística

- Âmbito cronológico

- Âmbito e conteúdo

- Tratamento arquivístico

- Apresentação de imagens de publicações da MP

Mocidade Portuguesa

- O Decreto-lei nº 26:611, de 18 de Maio de 1936, promulga o Regimento da Junta Nacional de Educação e pelo Artigo 40º "é instituída, em cumprimento da base XI da lei nº 1:941, a organização nacional denominada Mocidade Portuguesa.

- A 29 de Janeiro de 1997 foi incorporada No Arquivo Nacional da Torre do Tombo a documentação da Mocidade Portuguesa que havia permanecido, no Palácio do Vidigal, em Vendas Novas

- O fundo é constituído por 11.000 arquivadores aproximadamente e por documentação separada e acondicionada em 23 estantes

Mocidade Portuguesa

- Âmbito cronológico: 1936-1975

- Âmbito e Conteúdo: Circulares, correspondência, documentos contabilísticos, despachos, livros caixa, livros de atas, livros de ponto, livros de registo de correspondência, autos de posse, livros de cadastro de dirigentes, diplomas, ordens de serviço, processos de dirigentes, processos individuais, relatórios, entre outros

Mocidade Portuguesa

- Recolha dos dados: título, datas, âmbito e conteúdo, cota original, cota atual e notas

- Acondicionamento em caixas e aplicação de rótulos

- Cada caixa poderia incluir 1 ou 2 maços (arquivadores)

- Os dados eram introduzidos numa estrutura preliminar do inventário numa base de dados Word

Mocidade Portuguesa

- Inicio em Janeiro de 2006
- Encontram-se inventariadas cerca de 4300 caixas
- Subfundos: Comissariado da Mocidade Portuguesa Feminina e as Delegações Provinciais
- Secções: Secretária-geral mais cerca de 25 Direções de Serviço

Mocidade Portuguesa

Acondicionamento em
caixas com os respetivos rótulos
Piso 6, Sala 2

Mocidade Portuguesa

Acondicionamento e descrição de publicações da Mocidade Portuguesa e de publicações de diversas proveniências

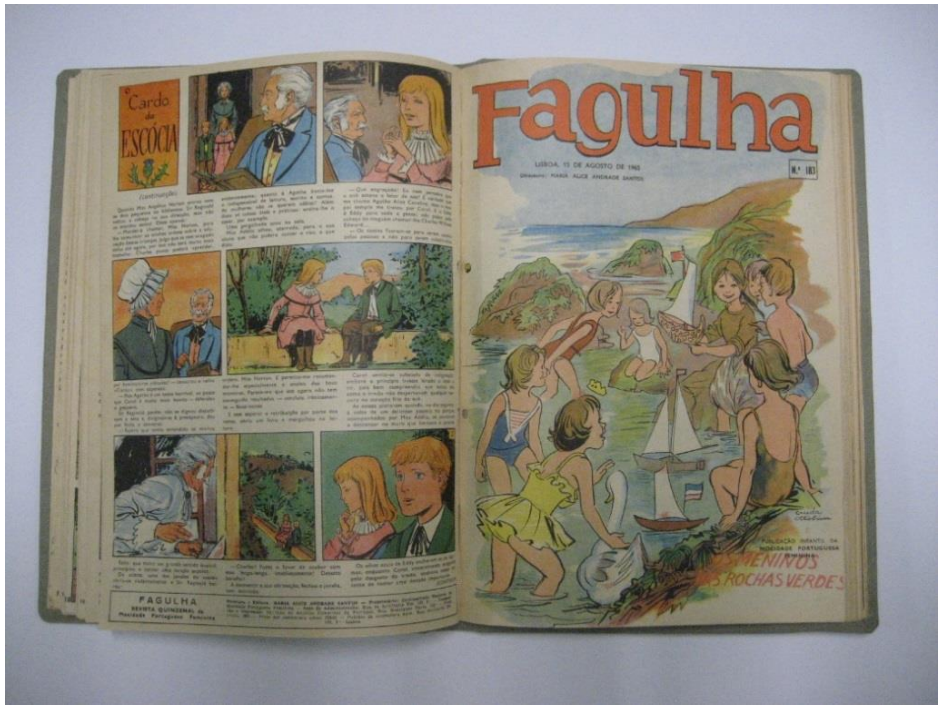
Mocidade Portuguesa

Publicação da Mocidade Portuguesa
"Menina e Moça" Cx. 9562

Mocidade Portuguesa

Publicação da Mocidade Portuguesa
"Menina e Moça" Cx. 9562

Mocidade Portuguesa



Publicação infantil da Mocidade Portuguesa
"Fagulha" Cx. 9556

Os Processos Individuais da Mocidade Portuguesa e da Liga dos Antigos Graduados da Mocidade Portuguesa e a sua comunicabilidade

Processos da Liga dos Antigos Graduados da Mocidade Portuguesa

- Associação criada em 1945 por antigos graduados da Mocidade Portuguesa, como "uma forma de prolongar a camaradagem ganha na Mocidade Portuguesa, entre aqueles que, ano após ano, vão abandonando as fileiras desta organização“
- A Liga financiava bolsas de estudo, ajudas financeiras, assistência médica e recomendação dos sócios a outras instituições para a ocupação de cargos
- Integram o processo, na maior parte dos casos, apenas a ficha de inscrição
- Âmbito Cronológico 1945-1974

4 Séries de Processos Individuais da Liga dos Antigos Graduados da Mocidade Portuguesa

- Processos individuais de sócios da LAGMP 16 caixas)
- Processos individuais de sócios da Delegação do Funchal da LAGMP (1 caixa)
- Processos individuais não numerados de sócios da LAGMP (9 processos)
- Processos individuais não numerados de sócios da Delegação do Funchal da (20 processos)

Total de 17 caixas cerca de 1600 processos

4 Séries de Processos Individuais da Mocidade Portuguesa

- Processos individuais de filiados (137 caixas)
- Processos individuais de dirigentes (8 caixas)
- Processos individuais de cursos de graduados (8 caixas)
- Processos individuais da Delegação do Funchal (2 caixas)

Total de 155 caixas cerca de 11 000 processos

O Tratamento arquivístico destas séries de processos da MP e LAGMP, teve como objetivo facilitar as dificuldades surgidas nas pesquisas, solicitadas à Divisão de Comunicação, na maioria dos casos para efeitos de contagem de tempo de serviço para a Caixa Geral de Aposentações no âmbito de Serviço de Certidões, entre outros.

Foram preenchidos os campos:

- Código de referência
- Título
- Datas
- Nível de descrição
- Dimensão e suporte
- Condições de acesso
- Idioma/escrita
- Nota do arquivista
- Data da descrição

História custodial e arquivística

- Indicado os números dos processos em falta

- No caso de um processo não incluir qualquer documento no interior da sua pasta, referiu-se o nome e o número do filiado

Âmbito e conteúdo

- Registado sempre que pertinente qualquer informação sobre o processo

Processos da Mocidade Portuguesa

A maioria dos processos compreende:

- Documentos identificativos pessoais de cada funcionário/ colaborador, incluindo a folha de cadastro, em alguns casos acompanhada pela fotografia
- Correspondência relativa a nomeações, louvores, pedidos de informação, transferências de locais de trabalho
- Subprocessos disciplinares levantados ao colaborador normalmente por incapacidade ou incompetência na execução de funções

- Âmbito Cronológico 1936-1975

Condições de acesso:

Os Processos Individuais da Mocidade Portuguesa e da Liga dos Antigos Graduados da Mocidade Portuguesa, só são disponibilizados ao próprio ou com autorização do próprio

União Nacional/ Acção Nacional Popular

Junta Nacional de Educação

Perspetiva do Utilizador Interno e Externo

- UN e JNE fundos tratados arquivisticamente e descritos na base de dados DIGITARQ

- Disponíveis Online

-Instrumentos de descrição no ANTT

L 694

L 695

União Nacional/Acção Nacional Popular

Foi uma organização política portuguesa criada para apoio ao Governo do Estado Novo

A UN tinha a importante incumbência de promover ativamente o recenseamento dos eleitores que estivessem filiados na organização ou que dessem o seu apoio ao Estado Novo. As normas a observar no recenseamento eleitoral para a eleição do Presidente da República, da Assembleia Nacional e das Juntas de Freguesia vieram a ser reguladas pela Lei nº 2.015, de 28 de Maio de 1946

União Nacional/Acção Nacional Popular

A partir de 1934, a União Nacional concorreu às eleições para a Assembleia Nacional em sistema de lista única

Em 1945 teve o Movimento de Unidade Democrática (MUD) como opositor nas eleições legislativas e nas eleições presidenciais de 1949, nestas últimas com Norton de Matos como candidato da oposição contra o presidente Óscar Carmona. O MUD, porém, acabou por se retirar em ambas as eleições, por falta de condições para apresentar a sua candidatura

União Nacional/Acção Nacional Popular

A partir de 1945 passa a haver a apresentação de listas de partidos opositores no entanto até 1974, a representação parlamentar era apenas de deputados eleitos pela União Nacional, assim como Presidentes da República eleitos eram os apoiados por esta organização

União Nacional/Ação Nacional Popular

- Compreende a documentação dos seguintes subfundos: Comissão Central, Comissão Executiva, Comissão Administrativa, Comissão de Propaganda, Comissões Distritais, Centro de Estudos Corporativos, Centro de Estudos Político-Sociais, Congresso, Conferência e Arquivo Fotográfico.

- A Comissão Distrital de Viseu integra documentação de 1926 e de 1928, que se reporta ao período da vigência das organizações que precederam União Nacional: a Milícia Nacional (1926-1927), a União Nacional Republicana (1927-1928) e a Liga Nacional 28 de Maio (posterior a 1928).

- Âmbito Cronológico: 1926-1974

União Nacional/Acção Nacional Popular

Arquivo fotográfico:

Muitas fotografias já foram higienizadas e acondicionadas

Junta Nacional de Educação

A Junta Nacional de Educação foi instituída pela Lei nº 1:941, de 11 de Abril de 1936, para o "estudo de todos os problemas que interessam à formação do carácter, ao ensino e à cultura". Era um organismo do Ministério da Educação

Documentação incorporada na Torre do Tombo em Fevereiro de 1997, tendo permanecido durante cerca de vinte anos, sob custódia do Instituto Português do Património Cultural/Instituto Português do Património Arquitetónico, no Palácio do Vidigal, em Vendas Novas

Junta Nacional de Educação

Âmbito Cronológico: 1934-1982

1 livro relativo ao orçamento da despesa, para 1934-1935, do Ministério da Educação Nacional.

Foi extinta pelo Decreto-Lei n.º 70/77, de 25 de Fevereiro. Apesar de extinta, o seu *Regimento* nunca foi formalmente revogado.

As funções consultivas da Junta Nacional da Educação em foram continuadas pelo Conselho Nacional da Educação, órgão criado pelo Decreto-Lei n.º 125/82, de 22 de Abril

Dimensão: 163 livros

Junta Nacional de Educação

- A Junta Nacional de Educação funcionava por 7 secções

- Fundo predominantemente constituído por séries de livros de registo de atas das várias secções e do Conselho Permanente da Acção Educativa. Integra ainda livros relativos à contabilidade.

Obrigada pela vossa atenção

Ana Maria Lopes
Fernando Carapinha